

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de julho de 2016, pelas 15:10 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 43/XIII/1.ª, 44/XIII/1.ª, 45/XIII/1.ª, 46/XIII/1.ª, 47/XIII/1.ª, 48/XIII/1.ª e 49/XIII/1.ª, relativa à reunião de 5, 6, 8, 12, 13, 14 e 15 de julho de 2016

2. Discussão em Comissão dos seguintes projetos de resolução: - PJR n.º 279/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que inicie urgentemente operações de desassoreamento do Porto da Póvoa de Varzim e promova a realização de estudos para encontrar soluções duradouras para o problema do assoreamento em vários portos nacionais", PJR n.º 403/XIII/1 (PCP) - "Pela garantia da navegabilidade e segurança do porto de pesca da Póvoa de Varzim e a realização de um estudo técnico que resolva o problema estrutural do assoreamento", PJR n.º 420/XIII/1.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo Recomenda ao Governo que reforce o investimento em obras de dragagem nos portos nacionais, nomeadamente no porto da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde" e PJR n.º 422/XIII/1.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que apresente uma solução de longo prazo para garantir a segurança no porto da Póvoa de Varzim e um plano de prioridades de obras nos portos de pesca de todo o país"

3. Apreciação e votação do Relatório final sobre as Petições n.ºs 490/XII/4.ª - "Pedem a interdição de instalação e funcionamento da empresa "UBER" em Portugal e a reapreciação do Regime Legal de Transporte de Doentes não Urgentes" e 518/XII/4.ª - "Queremos a UBER em Portugal" - Relator: Deputado Paulo Neves (PSD)

4. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão das seguintes iniciativas: - PJR n.º 370/XIII/1.ª (PCP) - "Propõe medidas para a instalação e

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos" - PJR n.ºs 268/XIII/1.ª (CDS-PP) - "Alteração do traçado do prolongamento da A32 e levantamento imediato das atuais condicionantes", 398/XIII/1.ª (PSD) - "Promoção de alteração ao traçado previsto para o prolongamento da A32 bem como a eliminação das atuais condicionantes no mesmo", 408/XIII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda ao estudo de um traçado alternativo para a conclusão da A32" e 414/XIII/1ª (PEV) - "Abandono do traçado e das condicionantes da A32 na Freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha." - PJR n.ºs 330/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que defina como prioritária a requalificação da Estrada Nacional 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere" e 371/XIII/1.ª (PEV) - "Pela necessária e urgente requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Cernache do Bonjardim (Sertã) a Ferreira do Zêzere" - PJR n.ºs 372/XIII/1.ª (BE) - "Promove ações inspetivas para averiguar e garantir a qualidade do serviço de transporte público de passageiros prestado pela empresa Transportes Sul do Tejo (TST)" e 402/XIII/1.ª (PCP) - "Pela fiscalização e garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço público por parte da empresa TST Transportes Sul do Tejo"

5. Petição n.º 136/XIII/1.ª - Objeção à atribuição de uma licença de TUPEM ao consórcio Galp/ENI para a atividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por Santola na Bacia do Alentejo (Aljezur) - Apreciação e votação da nota de admissibilidade - Nomeação de relator (cabe ao PS)

6. Petição n.º 137/XIII/1.ª - Pela abolição das portagens na A1 no concelho de Vila Franca de Xira - Apreciação e votação da nota de admissibilidade - Nomeação de relator (cabe ao PSD)

7. Nomeação de Deputado Autor do Parecer para o Projeto de Lei n.º 279/XIII/1.ª (PEV) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º. 67/2013, de 28 de agosto. - Relator cabe ao CDS-PP

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

8. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 2.ª sessão legislativa

9. Fixação de redações finais

10. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas nºs 43/XIII/1.ª, 44/XIII/1.ª, 45/XIII/1.ª, 46/XIII/1.ª, 47/XIII/1.ª, 48/XIII/1.ª e 49/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 5, 6, 8, 12, 13, 14 e 15 de julho de 2016

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Virgílio Macedo (PSD) submeteu à votação as atas nºs 43/XIII/1.ª, 44/XIII/1.ª, 45/XIII/1.ª, 46/XIII/1.ª, 47/XIII/1.ª, 48/XIII/1.ª e 49/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 5, 6, 8, 12, 13, 14 e 15 de julho de 2016, que foram aprovadas por unanimidade.

2. Discussão em Comissão dos seguintes projetos de resolução: - PJR n.º 279/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que inicie urgentemente operações de desassoreamento do Porto da Póvoa de Varzim e promova a realização de estudos para encontrar soluções duradouras para o problema do assoreamento em vários portos nacionais", PJR n.º 403/XIII/1 (PCP) - "Pela garantia da navegabilidade e segurança do porto de pesca da Póvoa de Varzim e a realização de um estudo técnico que resolva o problema estrutural do assoreamento", PJR n.º 420/XIII/1.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo Recomenda ao Governo que reforce o investimento em obras de dragagem nos portos nacionais, nomeadamente no porto da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde" e

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

PJR n.º 422/XIII/1.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que apresente uma solução de longo prazo para garantir a segurança no porto da Póvoa de Varzim e um plano de prioridades de obras nos portos de pesca de todo o país"

O Senhor Vice-Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), que apresentou o Projeto de Resolução n.º 279/XIII/1.ª (BE), o qual considerou resultar da situação de urgência do porto da Póvoa de Varzim, cujo assoreamento tem impedido, em algumas situações, a normal prestação de serviço portuário. Afirmou ainda que situação idêntica ocorria também em Vila do Conde e Vila Praia de Âncora e reiterou os termos resolutivos. Considerou que a situação, pela sua urgência, necessitava de uma intervenção por parte do Ministério do Mar, nomeadamente para coordenar as operações de desassoreamento em todos os portos onde a situação se verifica.

De seguida, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 403/XIII/1.ª (PCP), tendo referido que Vila do Conde e Póvoa de Varzim têm uma das maiores comunidades piscatórias do país. Argumentou que o assoreamento do porto da Póvoa de Varzim era cíclico e que há anos isso não acontecia porque era retiradas muitas toneladas de área para a utilização na construção, mas, com a proibição dessa prática pela Comunidade Europeia, as areias foram devolvidas ao mar. Afirmou também que o porto da Póvoa de Varzim tinha características muito próprias que empurravam muita areia para o porto de pesca, tendo-se verificado a criação de uma autêntica praia dentro do porto de pesca, com perigo para os pescadores. Lembrou que o PCP tinha apresentado um projeto de resolução sobre o assunto em janeiro de 2015 e, como entretanto se iniciaram obras de desassoreamento, a atual iniciativa é muito diferente dessa. Pronunciando-se sobre o Projeto de Resolução apresentado pelo BE, considerou que o seu ponto 1 não fazia sentido porque o início da obra de desassoreamento já tinha ocorrido. Concluiu, reiterando os termos resolutivos do projeto de resolução que

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

apresentou e afirmando que no momento não havia um problema de assoreamento gritante, sendo necessário manter o canal aberto e desassoreado.

Por sua vez, a Senhora Deputada Carla Barros (PSD) apresentou o Projeto de Resolução n.º 420/XIII/1.ª (PSD), reiterando os termos resolutivos, afirmando que a recomendação agora feita não era nova e que o seu grupo parlamentar a tinha feito também durante o anterior Governo. Reafirmou que o tema não era novo, que o seu grupo parlamentar o tem acompanhado ao longo dos anos e dos sucessivos Governos. Fez referência ao facto de no dia anterior a Ministra do Mar ter, por despacho, criado um grupo de trabalho para esta questão, mas considerou que este grupo de trabalho, constituído com um mandato de 180 dias, estava, no entender do PSD, a prolongar o problema, quando era necessária uma diligência urgente. Referiu também que as populações de Póvoa de Varzim e Vila do Conde têm sofrido muito com este problema, dão uma importância acrescida à economia do mar, apoiam-se muito nas potencialidades do mar e das pescas e se não for espoletada uma ação imediata estar-se-ia a contribuir para o atraso no desenvolvimento económico destas populações.

Finalmente, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 422/XIII/1.ª (CDS-PP), argumentando que este tema não era novo e na última Legislatura vários grupos parlamentares tinham apresentado projetos de resolução no sentido de invetivarem o Governo a fazer as dragagens, que vieram a acontecer, tendo terminado no início deste ano uma dragagem muito completa. A propósito das implicações do assoreamento do porto da Póvoa de Varzim, deu conta de um comunicado da capitania portuária, de janeiro de 2016, limitando a atividade de embarcações com calado superior a dois metros. Realçou a importância da atividade económica do mar na região e a necessidade de uma ação preventiva nesta área, tendo

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.^a SL

referido também que havia mais portos nacionais que enfrentavam este problema. Fazendo alusão ao plano plurianual de dragagens que o anterior Governo solicitou ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), considerou que o mesmo poderia ser aproveitado agora, tendo considerado que grande parte do trabalho que o grupo de trabalho agora nomeado tinha para fazer já estava feito. Concluiu, realçando a importância de o porto da Póvoa de Varzim estar sempre aberto e reiterando os termos resolutivos.

Usou da palavra, em sede de debate, o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS), para informar que o seu grupo parlamentar acompanhava com preocupação e interesse os diferentes projetos de resolução e se revia na quase totalidade das questões levantadas. Referiu a atuação do Governo anterior em 2015 e considerou que não tinha sido uma intervenção de fundo, o que justificava de alguma forma o grupo de trabalho agora criado pela Ministra do Mar, que vai envolver todos os agentes dos setores afetados por este problema, esperando que o mesmo traga uma boa perspetiva de uma solução a curto prazo. Deu conta do facto de o PS não acompanhar as propostas de disponibilização de uma verba permanente em Orçamento do Estado para as dragagens. Concluiu, reiterando a importância da questão objeto destes projetos de resolução.

Para encerrar a discussão, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para esclarecer que, de facto, no projeto de resolução apresentado pelo BE havia um lapso no n.º 1, e a referência que se pretendia fazer era ao inverno de 2017 e não ao inverno de 2016. Reiterou que os agentes da comunidade piscatória informaram da necessidade de dragagens antes do inverno de 2017, pois todos os anos acontece a mesma situação.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) afirmou que, com essa alteração, a iniciativa apresentada pelo BE já fazia algum sentido, mas reiterou que não se

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

podia iniciar algo que já tinha sido feito, uma vez que a obra de dragagem já tinha feita e terminada em março de 2016, pelo que a Assembleia da República não podia recomendar o início urgente de dragagem, mas sim a continuação das dragagens. Referiu também que o seu grupo parlamentar tinha perguntado ao anterior Governo se havia algum estudo relativamente a esta matéria e a resposta na altura tinha sido que não havia nada, o que considerou uma irresponsabilidade, porque deveria ter tomado medidas do ponto de vista técnico para saber se haveria alternativas à dragagem, tendo em consideração o seu custo. Concluiu, revelando disponibilidade para encontrar um texto comum a todos os projetos de resolução.

A Senhora Deputada Carla Barros (PSD) também afirmou que o seu grupo parlamentar estava disponível para encontrar um texto de resolução comum a todas as iniciativas. Reiterou que o problema durava há vários anos e não tinha sido culpa do anterior Governo.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) informou que o seu grupo parlamentar não obstaculizaria a tentativa de encontrar um texto comum, mas dava mais importância à substância do texto. Em 2015, prosseguiu, quando foi necessário fazer a obra de desassoreamento, tinha sido possível encontrar no Orçamento do Estado a verba necessária, por isso, defendeu, quando se tornar necessário de novo fazer o desassoreamento, ou há uma verba prevista no Orçamento do Estado ou haverá maior dificuldade em encontrar a verba para esse efeito.

- 3. Apreciação e votação do Relatório final sobre as Petições n.ºs 490/XII/4.^a - "Pedem a interdição de instalação e funcionamento da empresa "UBER" em Portugal e a reapreciação do Regime Legal de Transporte de Doentes não Urgentes" e 518/XII/4.^a - "Queremos a UBER em Portugal" - Relator: Deputado Paulo Neves (PSD)**

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) apresentou o projeto de Relatório final, que elaborara na qualidade de Relator das Petições n.ºs 490/XII/4.ª - "Pedem a interdição de instalação e funcionamento da empresa "UBER" em Portugal e a reapreciação do Regime Legal de Transporte de Doentes não Urgentes" e 518/XII/4.ª - "Queremos a UBER em Portugal", referindo-se às diversas audições realizadas e ao consenso quanto ao respeito da Lei e à necessidade de atualização legislativa, e, ainda, aos restantes aspetos relatados.

O Senhor Deputado António Eusébio (PS) felicitou o Senhor Deputado Relator pelo extenso Relatório que expõe bem o sucedido.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) saudou o Senhor Deputado Relator pelo trabalho realizado neste processo transitado da anterior Legislatura e que foi útil.

Concordou com a generalidade do Relatório e ressaltou dois pontos:

- na expressão utilizada "setor tradicional do táxi" deveria ser retirado "tradicional",
- no ponto 5, quanto à disputa judicial, não houve procedência parcial em matéria de facto e de direito, e sugeriu a referência "parcialmente procedente em questões processuais".

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) cumprimentou o Senhor Deputado Relator pelo trabalho extenso e completo, referindo-se, na página 11, à referência a anterior audição da Petição n.º 518/XII/4ª e ponderando a supressão ou uma referência no sentido de ter analisado criticamente os argumentos utilizados pelo Peticionante nessa audição.

Quanto à parte substantiva da proposta do Relator está de acordo.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) elogiou o trabalho difícil do Senhor Deputado Relator com conclusões muito factuais, com referências a medidas recentes do Governo e da UE, Relatório cuja qualidade técnica salientou.

O Senhor Presidente da Comissão elogiou o trabalho do Senhor Deputado Relator.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Relator agradeceu as palavras amáveis e contributos recebidos e concordou parcialmente com as sugestões do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) e, quanto ao reparo do Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) aceitou-o.

O Senhor Presidente da Comissão submeteu à votação o projeto de Relatório final, que, com as alterações aceites pelo Senhor Deputado Relator, foi aprovado por unanimidade.

Recordou as audições das Câmaras municipais de Lisboa e do Porto sobre o Táxi, em inícios de Setembro, dialogando com

o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), quanto às audições aprovadas em requerimentos do BE e do PS, que esclareceu, perspetivando todas essas audições para o início dos trabalhos em Setembro.

4. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão das seguintes iniciativas:

- PJR n.º 370/XIII/1.ª (PCP) - "Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos",

- PJR n.ºs 268/XIII/1.ª (CDS-PP) - "Alteração do traçado do prolongamento da A32 e levantamento imediato das atuais condicionantes", 398/XIII/1.ª (PSD) - "Promoção de alteração ao traçado previsto para o prolongamento da A32 bem como a eliminação das atuais condicionantes no mesmo", 408/XIII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda ao estudo de um traçado alternativo para a conclusão da A32" e 414/XIII/1ª (PEV) - "Abandono do traçado e das condicionantes da A32 na Freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha.",

- PJR n.ºs 330/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que defina como prioritária a requalificação da Estrada Nacional 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere" e 371/XIII/1.ª (PEV) - "Pela necessária e urgente requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Cernache do Bonjardim (Sertã) a Ferreira do Zêzere", e

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

- **PJR n.ºs 372/XIII/1.ª (BE) - "Promove ações inspetivas para averiguar e garantir a qualidade do serviço de transporte público de passageiros prestado pela empresa Transportes Sul do Tejo (TST)" e 402/XIII/1.ª (PCP)**
- **"Pela fiscalização e garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço público por parte da empresa TST Transportes Sul do Tejo".**

O Senhor Presidente da Comissão pôs à consideração as informações sobre a discussão em Comissão das seguintes iniciativas:

- PJR n.º 370/XIII/1.ª (PCP) - "Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos",
- PJR n.ºs 268/XIII/1.ª (CDS-PP) - "Alteração do traçado do prolongamento da A32 e levantamento imediato das atuais condicionantes", 398/XIII/1.ª (PSD) - "Promoção de alteração ao traçado previsto para o prolongamento da A32 bem como a eliminação das atuais condicionantes no mesmo", 408/XIII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda ao estudo de um traçado alternativo para a conclusão da A32" e 414/XIII/1ª (PEV) - "Abandono do traçado e das condicionantes da A32 na Freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha.",
- PJR n.ºs 330/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que defina como prioritária a requalificação da Estrada Nacional 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere" e 371/XIII/1.ª (PEV) - "Pela necessária e urgente requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Cernache do Bonjardim (Sertã) a Ferreira do Zêzere", e
- PJR n.ºs 372/XIII/1.ª (BE) - "Promove ações inspetivas para averiguar e garantir a qualidade do serviço de transporte público de passageiros prestado pela empresa Transportes Sul do Tejo (TST)" e 402/XIII/1.ª (PCP) - "Pela fiscalização e garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço público por parte da empresa TST Transportes Sul do Tejo".

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP), em relação à A32, informou da possibilidade de consensualizar os Projetos de Resolução do CDS/PP, do PSD e do PS, com excepção do PEV, mencionando a colaboração especial dos Senhores Deputados João Almeida (CDS/PP), António Topa (PSD) e António Cardoso (PS), e a

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

colaboração do Assessor do PS, Dr. Ricardo Segurado, para além dos Assessores do PSD, Dr. Pedro Croft e do CDS/PP, Dr. Cristiano Coelho, cujo desempenho sublinhou.

O Senhor Presidente da Comissão corroborou o destaque feito aos Deputados citados e aos respetivos Assessores, e considerou esta consensualização uma boa prática.

Registou que, não tendo havido objeções, seria dada indicação à Mesa da Assembleia da República de que todas estas iniciativas estavam em condições de serem submetidas a votação em Plenário.

Informou que poderá haver reunião para a semana se houver texto conjunto quanto aos Projetos de Resolução sobre portos, antes discutidos.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) interrogou sobre a audição do Secretário de Estado Nelson de Souza, tendo

O Senhor Presidente da Comissão informado que está pendente de agenda.

5. Petição n.º 136/XIII/1.ª - Objeção à atribuição de uma licença de TUPEM ao consórcio Galp/ENI para a atividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por Santola na Bacia do Alentejo (Aljezur) - Apreciação e votação da nota de admissibilidade

O Senhor Presidente da Comissão colocou a Nota de admissibilidade da Petição n.º 136/XIII/1.ª - Objeção à atribuição de uma licença de TUPEM ao consórcio Galp/ENI para a atividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por Santola na Bacia do Alentejo (Aljezur), explicando que se entende que o objeto da Petição não está especificado com clareza, e se propõe que a Peticionante seja convidada a completar o pedido apresentado perante a Assembleia da República, tendo

o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) sugerido que se pergunte se o debate feito dos Projetos de Resolução n.ºs 132/XIII/1.ª (BE) – Pela suspensão imediata dos processos de concessão, exploração extração de petróleo e gás no Algarve, e n.º 307/XIII/1.ª (PCP) – Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultante da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

petróleo e/ou gás natural no Algarve e na Costa Alentejana e n.º 389/XIII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que proceda à avaliação dos atuais contratos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo existentes no Algarve e na Costa Alentejana e adote mecanismos de acompanhamento” já satisfaz a Peticionante, após o que a Nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade.

6. Petição n.º 137/XIII/1.ª - Pela abolição das portagens na A1 no concelho de Vila Franca de Xira - Apreciação e votação da nota de admissibilidade

O Senhor Presidente da Comissão colocou a Nota de admissibilidade da Petição n.º 137/XIII/1.ª - Pela abolição das portagens na A1 no concelho de Vila Franca de Xira, que foi aprovada por unanimidade, tendo sido nomeado Relator o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD).

7. Nomeação de Deputado Autor do Parecer para o Projeto de Lei n.º 279/XIII/1.ª (PEV) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º. 67/2013, de 28 de agosto.

O Senhor Presidente da Comissão informou ter sido distribuído à Comissão o Projeto de Lei n.º 279/XIII/1.ª (PEV) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º. 67/2013, de 28 de agosto, que foi distribuído ao Grupo parlamentar do CDS/PP, que nomeará o relator.

8. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 2.ª sessão legislativa

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão informou estar em apreciação a proposta de plano de atividades da Comissão para a 2.ª sessão legislativa, cuja aprovação foi, após consenso, adiada para o início de Setembro, recordando o tema da Segurança rodoviária, nomeadamente a propósito da carta por pontos.

9. Fixação de redações finais

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração as redações finais seguintes:

- Projeto de Resolução nº 132/XIII (BE) – Pela suspensão imediata dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve
- Projeto de Resolução nº 307/XIII (PCP) – Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultantes da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural no Algarve e na Costa Alentejana e Projeto de Resolução nº 389/XIII (PS) – Recomenda ao Governo que proceda à avaliação dos atuais contratos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo existentes no Algarve e na Costa Alentejana e adote mecanismos de acompanhamento – a Divisão de Apoio ao Plenário apresenta redação final dos dois PJR em separado e uma proposta de fusão de textos, que compila todos os pontos aprovados.
- Projeto de Resolução nº 322/XIII (PS) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Código CAE Autónomo para o setor da logística
- Projeto de Resolução nº 359/XIII (BE) – Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares
- Projeto de Resolução nº 167/XIII (PCP) – Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D’Este (Vila Nova de Gaia)

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) sublinhou, em relação ao Projeto de Resolução nº 132/XIII (BE), que deve ficar com a redação proposta e aprovada, sem acréscimos sugeridos, explicando, tendo

o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) concordado.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.^a SL

O Senhor Presidente da Comissão voltou aos Projetos de Resolução nº 307/XIII (PCP) e nº 389/XIII (PS) e texto de fusão, ponderando se a Comissão não adota nenhum, gerando-se o diálogo com os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS/PP), Bruno Dias (PCP) e Heitor de Sousa (BE), ponderando-se várias hipóteses e concluindo-se no sentido de adiar para próxima reunião a definir, e dialogando com o Senhor Deputado Costa da Silva (PSD) sobre a realização de reunião no dia 27, às 11h, o que gerou consenso.

10. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão informou que:

- a Comissão tem prevista uma reunião para o próximo dia 27 de julho, para fixação de redações finais;
- em Setembro falta realizar a última audição regimental do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, foi proposta a sua realização a 13 (terça-feira), às 15h, ou 14 (quarta-feira), às 10h, aguardando-se resposta do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio no sentido de os Projetos de Resolução sobre o IC1 seguirem tal como estão, o que gerou consenso.

O Senhor Presidente da Comissão recordou a reunião conjunta com a Comissão de Trabalho e Segurança Social, às 17h30, no Senado.

A reunião foi encerrada às 16:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 julho 2016.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
José Rui Cruz
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Cardoso
António Topa
Carla Barros
Carlos Silva
Jorge Machado
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Pedro Coimbra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Paulino Ascensão